

## CARTA DESNUDA A VASCO LOURENÇO E A QUEM ELE REPRESENTA, SE É QUE ALGUÉM

24-25/4/2018

“Por isso a Índia há-de acabar em fumo  
Nesses doirados passos de Lisboa.  
Por isso a Pátria há-de perder o rumo  
Das muralhas de Goa”

Miguel Torga  
(in “Afonso de Albuquerque”, de Poemas  
Ibéricos)

O Coronel Vasco Lourenço - notem que não lhe chamo “senhor”, pois não sou mentiroso - veio, a propósito de um acórdão do Tribunal Constitucional (o qual não quis tomar conhecimento das questões de fundo suscitadas no recurso interposto, relativo à violação do princípio do juiz natural), sobre a minha pessoa, em processo judicial que tinha pendente com o cidadão conhecido por Manuel Alegre (e a pedido deste) veio, dizia, congratular-se publicamente com essa decisão e não resistindo ao impulso das suas tripas, bolsou apelidar-me de “fascista”, “colonialista” e de “saudosista do anterior regime”, corroborando o Vate.<sup>1</sup>

E fez isto em comunicado assinado como Presidente da Associação 25 de Abril (25A).<sup>2</sup>

Passa a ser, por isso, um documento oficial daquela agremiação.

As razões porque o fez, adivinho-as, mas não poderei falar por ele.

Eu só costumo tocar em poias, quando me distraio, mas esta entrou-me pela porta a dentro e não posso ignorá-la.

Quero, porém, fazer a justiça de não envolver todos os sócios da “25A”, na aleivosia do seu presidente, até porque não creio que tal “comunicado” tenha sido aprovado em assembleia - geral. Mas isso ficará à consciência de cada um.

Mas fazendo meu, um dos chavões da 25A, que é, em simultâneo um dos “valores” defendidos como sendo de “Abril”, ou seja, a liberdade – que é um conceito absoluto, mas de aplicação relativa - eu invoque a parte que me cabe nessa liberdade para responder à letra, ao soez e despropositado papiro.

E não vou ter preocupações de elevação literárias: o homenzinho não entendia e não merece, pois parafraseando o “povo”, “para quem é bacalhau é demais”...

Vou começar por pedir emprestada uma frase do saudoso Coronel Homero de Oliveira Matos (esse sim um senhor com maiúscula), para qualificar as frases subscritas por aquele que é conhecido na gíria por “Vasco Lourençote de Melena e Pá”: “Têm a luminosidade de uma vela de sebo dentro de um corno de carneiro”.

E este vulto da nossa Cavalaria também usava de um chiste muito engraçado que rezava assim: “só existem dois animais que atoucinham pelo pescoço: o homem e o porco”.

---

<sup>1</sup> Em anexo A, junta-se o artigo que deu origem ao processo - crime de difamação, intentado.

<sup>2</sup> Em anexo B junta-se o tal comunicado.

O que se aplica à risca ao subscritor supracitado.

Os termos utilizados, de “fascista” e “etc.”, em linguagem comum, ou conversas de amigos não têm importância de maior. E valeriam tanto como chamar idiota ou “meu ganda comuna”, a outro.

Mas na boca e na forma em que foi utilizado por aquele a quem o Exército teve a imprudência – digamos assim – de promover a coronel, é vitupério.

Começemos pela palavra “fascista” cujo significado – é preciso dizer estas coisas para ver se estamos a falar a mesma linguagem e a interpretar os mesmos conceitos – quer dizer adepto do regime (fascista) implantado em Itália por Mussolini, em 1922, após a célebre marcha sobre Roma.

Esse regime só existiu em Itália e eu nunca fui dele adepto, mais que não fosse porque era estranho à nação portuguesa e não se adaptar à nossa matriz cultural e idiossincrática.<sup>3</sup>

Confesso até, que nem tenho especial apreço pelos italianos (por razões que não vêm ao caso) embora não possa dizer o mesmo das italianas, e sabe Deus o incómodo que tal afirmação pode causar aos politicamente correctos de hoje em dia...

Fascismo, também é interpretado ou tido como sinónimo, de regime totalitário. Ora eu – vamos deixar isso bem claro – também não sou adepto de tais regimes.

De resto, o regime consubstanciado em Portugal depois de 1933 – após mais de 100 anos de pavorosa anarquia política, económica e social (com um intervalo menos mau entre 1851 e 1890) – cujo esteio era a Constituição aprovada naquele ano e, sobretudo, a figura ímpar que lhe deu os princípios e a doutrina, nunca foi totalitário, nem na forma, nem na substância, muito menos no espírito.

Tão pouco era “colonialista”, a não ser que se queira considerar todos os governos e regimes dos últimos seis séculos em Portugal, como tal.

O termo “Colonização” sempre fica melhor (e é verdade), ao contrário do que possa parecer a um outro sequaz que dá pelo nome de Fernando Rosas, familiar, aliás, de figura grada do anterior regime.

Os laivos, aliás de “colonialismo”, e que existiram, foram defendidos por próceres primo - republicanos de que, se não estou em erro, constituem uma espécie de alfa e ómega do Vate Alegre, não contando, obviamente, o período em que pertenceu ao PCP, que como se sabe nada tem de fascista, isto é de totalitário, e colonialista, sendo até, um modelo de democracia, tolerância e liberdade!

E como o actual e pelos vistos vitalício presidente da 25A, (o que espelha o dinamismo democrático da coisa), se solidarizou “com muito gosto” com tal figura, presumimos que alinha pelo mesmo diapasão.

---

<sup>3</sup> Embora fosse decalcado, com “nuances”, em vários outros países, tais como a Albânia, Alemanha, Áustria, Bulgária, Espanha, França, Holanda, Hungria, Roménia e Suíça, só para não sairmos da Europa. Mas não em Portugal.

Decorre então, que eu nunca fui propriamente colonialista (nem tive oportunidade de o ser!), mas já não enjeito a ideia de ir novamente colonizar o Algarve, pois aquilo já virou uma colónia de estrangeiros...

Em boa verdade também não se pode dizer que se possa considerar o regime de ditatorial, apesar de se poderem identificar três tipos de ditaduras, no período em que a Constituição de 1911 foi suspensa: uma ditadura militar, entre 1926-28; uma ditadura financeira, entre 1928 e 32 e uma ditadura política, entre 1932 e a aprovação da Constituição de 1933, aliás a única que até hoje foi plebiscitada e que, finalmente, permitiu trazer para o campo do Direito, o tenebroso golpe que implantou a República, em 5 de Outubro de 1910!

E só não foi mais vergonhoso pois a maioria da classe política dos partidos da Monarquia Constitucional estavam desqualificados!

Finalmente apelidaram-me de saudosista do anterior regime.

Bom a coisa aqui fica mais séria e tenho a confessar que, face às circunstâncias, sou.

Eu aliás, ao contrário de muitos, nunca escondi o que era, fui ou sou, não virei oportunista, nem tenho por hábito usar fatos virados do avesso, o que acontece às pazadas, na vida em sociedade e aumenta desmesuradamente, sempre que há uma mudança de regime mais ou menos violenta.

E não é só cá, é em todo o Mundo, pois isso não tem a ver com nada a não ser com a natureza humana. Espera-se apenas que a formação militar minimize e, ou, torne imune os militares e nomeadamente os oficiais, a tais baixezas.

E se estou saudosista (infelizmente cada vez mais) a culpa - que há -de morrer solteira- é, em primeiro lugar, daqueles que fizeram o Golpe de Estado (sim porque o que aconteceu era suposto ser um mero golpe de estado, não uma revolução ou não será assim?), e depois a quem prosseguiu com a “obra”, até hoje.

Poderiam ter melhorado o que vinha do anterior, mas quase só fizeram asneiras e borradas, que obviamente imputaram a outros...

E, pior ainda, deixaram muitos que não tinham a ver com o golpe de estado, fazer!

É que as revoluções valem e têm de ser aferidas, e pela sua motivação e, fundamentalmente, pelos seus resultados.

Sim, a vós os que mais responsabilidades têm em tudo o que aconteceu, por causa da vossa ignorância e pela vossa “ingenuidade” – que é apenas um adocicamento que os caridosos chamam aos ignorantes, ou não será a ingenuidade uma forma de ignorância?

Pela vossa indisciplina, pela vossa falta de senso, pelos vossos erros e pela vossa incompetência.

Pelas ideologias malsãs que comungaram e chamaram à colação.

E já nem quero falar das más intenções, frustrações e da maldade de muitos. Sim porque de boas intenções (e muitos as teriam) está o inferno cheio. E se alguns sectores da Igreja não conseguirem acabar com o Inferno, como parece que querem, muitos de vós que ficarem relapsos até entregarem a alma ao criador, é para lá que vão.

E merecem-no!

O país é pequeno e todos nos conhecemos. E eu conheço-os a (quase) todos de ginjeira.

Por isso o notável poeta Joaquim Paço d’Arcos vos dedicou um não menos notável poema, que também segue em anexo.

Ora esta revolução correu mal e resultou numa desgraça para a Nação, para o Estado, para o País e para muitos outros futuros países.

Em primeiro lugar pelo motivo. O motivo não teve nada a ver com os chamados “valores de Abril”, mas sim com uma questão profissional, relacionada com promoções e carreira, como toda a gente que tem umas luzes (isto é, aquela que não é reflectida por uma vela de sebo dentro de um corno de carneiro), sabe.

Tal questão, que está relacionada directamente com a falta de oficiais e de concorrentes às escolas superiores militares, que eram fundamentais ao enquadramento e comandamento das Forças Armadas - as mais numerosas e melhores que alguma vez tivemos desde o D. Afonso Henriques – já se arrastava há algum tempo, sem que tivessem sido tomadas medidas adequadas pelo governo de então, para resolver o problema.

Mas a infelicidade culminou com o decreto-lei 353/73, de Julho, que fez estalar a indignação nas fileiras. E com razão. Eu que era cadete da Academia Militar na altura, mas não era “infra”, também fiquei.

Era um problema que tinha que se resolver e nem sequer era difícil.

Mas houve um grupo (correspondente a menos de 1% de oficialidade) – os sargentos estiveram ausentes de tudo isto, e não havia “Carbonária”, que entenderam resolver a questão deitando o governo abaixo, isto numa altura em que o país estava numa perigosa esquina da sua História, com muitas ameaças exteriores e quando se estava no auge de uma guerra de guerrilha em três teatros de operações distintos e com cerca de 230.000 homens espalhados por quatro continentes e quatro oceanos. E apesar de a conjuntura ser difícil, não estávamos a perder, nem se avizinhava qualquer outro cavaleiro do apocalipse.

Tudo deveria ser minimamente ponderado, pois fazer um golpe de estado não é a mesma coisa que ir beber uma bica ao café da esquina...

Faz-se o golpe e, em 24 horas, quem o fez perdeu o controlo da situação. Não tiveram sequer o discernimento de declarar o estado de sítio e desataram a prender-se e a sanear-se uns aos outros, sem qualquer regra.

Se isto não é incompetência e insanidade é o quê?

Ultrapassados pelos acontecimentos deixaram que toda a horda de comunistas (às ordens de Moscovo), e outros “istas”, desertores, traidores, criminosos de delito comum ou simples emigrados políticos, regressassem ao país em turbilhão. Não se julgou ninguém. Não se tomou cautela com nada.

No dia 26 de Abril prenderam-se cerca 2.000 pessoas e soltaram-se 30 e poucas (quase todas condenados por crimes de sangue) ...

Dos ainda hoje execrados responsáveis políticos de então, nenhum foi julgado.

Minto, um tribunal revolucionário julgou o Almirante Tenreiro e librou-o de qualquer crime. Mesmo assim não lhe devolveram o posto. O mesmo se fez ao bom do Almirante Tomás, que foi sempre um excelente homem e nunca fez mal a uma mosca. Lá o deixaram vir morrer a casa e até lhe deram uma pensão. Remorsos tardios?

É que isto não é tolerância é apenas inaptidão ou malandrice...

Ou será que não tinham crimes para lhes assacar?

O país ficou a saque e passados poucos meses, estava à beira da guerra civil, sendo salvo “in extremis”, a 25 de Novembro de 1975, pelo que restava das Forças Armadas, que tinham virado “bandos armados” (data entretanto apagada do calendário...).

Com o caos na rua, no governo, na economia, enfim em tudo, o país ensandeceu e foi qualificado – e bem – como um “manicómio em autogestão”.

Creio ainda, que em termos internacionais ficámos ainda pior do que durante a malfadada I República onde o termo “Portugalizar” tinha um significado infamante e de caos!

Este estado de coisas propagou-se rapidamente ao Ultramar onde a estrutura militar entrou em derrocada, tornando-se impossível manter a disciplina e continuar as operações militares, ou encetar qualquer tipo de “descolonização” e, ou, uma evolução política.

Tudo resultou num processo traumático e no maior desastre e vergonha de toda a História de Portugal.

E em poucos meses a Nação Portuguesa viu-se amputada de cerca de 95% do seu território e de 60% da população, continuando a maioria das “ex-colónias” que, aliás, eram “províncias” ou “estados”, em guerras civis terríveis que duraram mais e fizeram incomparavelmente mais estragos, do que os 13 anos de guerra que levávamos (e até em locais onde nunca se tinha disparado um tiro) e configuravam maioritariamente uma agressão externa, apoiada do exterior, na lógica da Guerra - Fria e das confrontações ideológicas do pós Segunda Guerra Mundial.

Estimam-se que tenham perecido perto de dois milhões de almas...

Fora o resto.

Mas aparentemente, parte do que devia ser a elite militar da altura não conseguiu entender nada do que estava em jogo e liderados (isto é, eles julgaram que lideravam), por dois generais – um destemido (com calculo) mas cuja vaidade e ambição lhe toldou a inteligência e o senso, que acabou a fugir de helicóptero para Espanha (e tinha até uma “especial” consideração por si, Vasco L., porque seria?!); o outro, frio, pragmático, inteligente mas cujo carácter oscilava entre as alcunhas que lhe puseram, a saber, “judas” e “rolha”, e que nunca se soube para quem trabalhava (se é que para alguém) ou o que lhe ia na alma, e que acabaram tragados ambos, pela maluqueira e iniquidade instalada.

Mais tarde fizeram deles Marechais do Exército. Do Exército, meu Deus!

E depois querem que se leve isto a sério? Que se respeite? Não ter saudades do que era antes?

Um MFA e uma Junta de Salvação Nacional que nunca cumpriram ou conseguiram cumprir, o programa que apresentaram ao país?

Enfim acabaram após duras negociações a que os agentes políticos entretanto surgidos, não puderam resistir, a assinar o Pacto MFA/Partidos (que estes assinaram mas nunca aceitaram), e a entregar o Poder e o fim do Conselho da Revolução e respectiva “normalização” da vida política e social, através de eleições, em 30 de Setembro de 1982.

Nunca se referendou nada.

Mas até tudo isto correu mal, pois a Constituição é uma das piores que foram feitas até hoje e aprovada quase sob sequestro; a organização política não é carne nem peixe, vive de equilíbrios instáveis e até permite – como agora se vê na sua plenitude, que as forças políticas que perdem as eleições fiquem a governar...

Os Partidos Políticos nasceram anarquicamente (tirando o PCP que era o único que estava organizado e sabia o que fazia e por isso liderou o processo, obviamente apoiado e orientado pela URSS).

Mas as asneiras, algumas delas criminosas, não se ficaram por aqui.

A tropa portou-se tão mal e de um modo tão errático que quando o ambiente começou a serenar, conseguiu esta coisa única: toda a gente no país ficou de mal com ela. Uns por umas razões, outros por outras!

Mas todos, incluindo eu que as tinha em alto conceito...

E permitiu que ocorressem cenas de indignidade e de falta de honradez – e não me façam lembrá-las porque ainda hoje, e já estou curtido por muitos vendavais, me fazem corar as faces de vergonha - que as vão diminuir por muitas décadas, quiçá para sempre!

Numa palavra conseguiram que a Instituição Militar ficasse de mal com a Nação e a Nação com ela e ela consigo própria. Ainda hoje não recuperaram deste estado de coisas.

E ninguém tem a coragem e o discernimento, de dizer isto!

Convenhamos que é difícil fazer pior em qualquer parte do mundo, e em qualquer época!

Mas estamos longe do que há a criticar. Com tanta gente a ter-se portado mal e muito mal, em vez de se avaliar e julgar o seu comportamento, a fim de se fazer justiça e tentar separar o trigo do joio – e aqui julgar, não tem a ver com opções políticas ou ideológicas, mas sim saber quem pautou a sua actuação pelos ditames da virtude e da honra ou não, como mandavam os regulamentos militares, a fim de recuperar as Forças Armadas, optou-se por tentar passar uma esponja sobre tudo.

Neste âmbito, não há em Portugal (Instituição Militar, órgãos de soberania ou qualquer outra entidade responsável) que tenha as mãos limpas, pois todo o mundo colaborou por acção ou omissão.

Deste modo reintegrou-se, promoveu-se e pagou-se a todo o bicho careta, que tenha sido saneado à esquerda, à direita, ao centro e ao raio que o partisse, mantendo incólumes, no activo quem lá tinha ficado, com excepções pontualíssimas, que só confirmam a regra.

Esperou-se que o tempo fosse resolvendo as coisas, mas não resolveu nada. Apenas houve conformação, pois o receio e o dinheiro que foi caindo nos bolsos, inibe o que deve ser...

O lixo ficou e apodreceu, ao mesmo tempo que se foi fazendo uma acção de branqueamento de tudo.

Não querem que eu seja saudosista? Eu tenho muitas saudades, até porque tenho termos de comparação e não tenho a memória curta.

E a tropa – apesar de ter tido uma recuperação rápida, mais no campo material do que de moral - lá foi definhando, relegada para a prateleira das inutilidades; a sua dignidade constantemente beliscada, ao ponto das forças militares não poderem andar armadas na via pública e os militares só poderem utilizar o seu armamento dentro dos quartéis e sem sequer ser para os defender!

A partir do momento em que as forças políticas que emergiram do caos da revolução começaram a assumir o Poder, foi um fartote. Impuseram uma ditadura partidocrática que foi galopando, sufocando as energias das instituições nacionais e de toda a população, que não se tornasse seu membro; transformaram-se em agências de empregos e antros de corrupção, o que se prolongou pelas autarquias e pelos sindicatos que se tornaram suas correias de transmissão. Os órgãos de soberania (deixa-me rir) passaram a reflectir tudo isto.

E têm sugado a riqueza da Nação!

As sociedades secretas ou “discretas” (?) passaram a ter campo livre e influenciam impantes, tudo e todos. Ninguém as controla, ninguém sabe o que fazem, a não ser quando há zangas de comadres. Só falta porem de pé novamente a “formiga-branca”...

A pouco e pouco o capital apátrida foi tomando conta da situação e passámos a viver numa plutocracia.

A banca faz os negócios mais incríveis mas está impedida de falir: o Governo manda os contribuintes lá pôr o seu dinheiro à força!

Forças políticas subvertem constantemente a paz social: não passa uma semana (em média) que não haja uma ou mais greves e, ou, manifestações. Ninguém se entende!

Um país – que maravilha – onde só há direitos e nenhuns deveres (tirando pagar impostos, é claro...).

Também foram implantando o relativismo moral e a amoralidade. Não há dia em que não sejamos agredidos com barbaridades. Isto está doente e infecto. E tem um marco onde tudo se passou a desenvolver geometricamente: a inauguração de outros canais de Televisão.

Não querem que eu esteja saudosista? Ora vão – se encher de moscas!

A criminalidade não pára de subir e a justiça é aquilo que se sabe. As prisões estão cheias (apesar de serem esvaziadas periodicamente), mas isto agora já não vai lá com prisões novas...

A desgraça é tanta que a população entrou num suicídio colectivo. Não acreditam?

Então que se pode dizer da demografia negativa há décadas, irrecuperável por outras tantas, a mais baixa ou segunda mais baixa, da União Europeia?

A emigração em massa, agora lamentavelmente dos mais qualificados, a desestruturação animalésca da família e a importação descontrolada de imigrantes (e agora

migrantes) que vão sendo “nacionalizados” a ritmo feérico, através de leis (erradas e encapotadas) de atribuição de nacionalidade, que servem para tentar camuflar artificialmente o “deficit” populacional, fazer diminuir a percentagem de imigrantes e tentar captar votos dos mesmos, nas eleições!

E que dizer dos “vistos gold”, que são uma verdadeira prostituição da nacionalidade?

E aqui o suicídio também vem pela via da mudança da matriz cultural portuguesa, pois não se consegue integrar e absorver tanta e tão diferenciada gente!

Já para não falar na exaltação da homossexualidade, do aborto, da eutanásia, etc.!

E não querem que eu esteja saudosista? Eu até recuava no tempo se pudesse!

E o sistema de instrução (já que a educação dava-se em casa, enfim nas famílias que a tinham)? Já repararam bem no descalabro do sistema que se criou e onde se despejam anualmente biliões de euros?

Uma coisa disforme, desorganizada, infantilizada, invadida por ideologias malsãs, envolvida em experiências pedagógicas delirantes e permanentes, sem avaliação, sem hierarquia, sem disciplina, sem respeito, massificada, etc.

Uma escola que forma jovens que chegam à idade adulta, no mais das vezes, impreparados para a vida em termos culturais, cívicos, físicos, morais, enfim tudo, (onde agora até querem impingir as insanas teorias do género às criancinhas!) e depois aparecem uns tipos (e tipas) com ar sério, nas televisões a dizer que temos a geração mais bem preparada de sempre?! Em quê, carago?

Só se for em enviar SMS, ouvir MP3, fumar charros, ou fazer “downloads” da net!

E em que passaram a aparecer uns cidadãos, supostamente importantes, às resmas, com títulos fictícios ou obtidos com “créditos”?

Mas isto tem alguma coisa a ver com a escola que frequentei?

E atremem-se a dizer com desfaçatez descarada, no intuito de me lançarem labéus, que eu sou saudosista do anterior regime?

Acusavam aliás, o anterior regime de “drogar” o povo com Fátima, o Fado e Futebol. Bom sempre era melhor do que drogá-los com haxixe, cocaína, heroína e toda a parafernália sintética que circula às escâncaras na via pública!

Ora se há uma coisa que pode caracterizar este regime é justamente o Futebol, isto é a vergonha em que se tornou o negócio do futebol (antigamente era apenas desporto) e a sua presença doentia e diária nas nossas vidas. É uma verdadeira ditadura e uma ditadura obcecada!

Felizmente Fátima e o Fado estão de boa saúde e recomendam-se, e já se passaram 40 anos. Afinal não eram o ópio do povo...

Tanto e tanto que falta dizer!

Enfim, isto não tem fim e não posso descrever tudo o que me torna saudosista.



Salva-se uma coisa, ao menos: a qualidade do vinho. Já era boa, mas melhorou e a relação qualidade preço não é nada má.

É natural, pois, que o pessoal ande com os copos. Deve ser para esquecer.

\*\*\*\*\*

“A omissão da verdade é o início da corrupção dos costumes”.

Voltaire

Um último aspecto convém tratar, numa época e sociedade, onde o que falta em espiritualidade sobra em materialismo: os aspectos económicos, financeiros e sociais.

Convido a acompanharem-me numa rápida viagem no metropolitano do tempo. É dolorosa mas vale a pena.

Em 25 de Abril de 1974, a economia do país crescia, sustentadamente, há décadas tendo no ano de 1973, atingido a cifra de 6,9%. Em Angola e Moçambique era mais. O escudo era a sexta moeda mais forte do mundo e estava escorada em 850 toneladas de ouro e muitas dezenas de milhões de contos em divisas. O potencial a explorar era enorme.

As dívidas e o “deficit” eram irrelevantes e não havia dificuldade no acesso ao crédito.

A inflação mantinha-se baixa, tendo aumentado no consulado de Marcello Caetano, devido à expansão económica, e teve um pico devido à crise petrolífera em 1973, por causa da Guerra do Yon Kippur, mas não chegou a ser preocupante.

Havia pleno emprego embora a emigração, que era elevada e não tinha sido encaminhada para o Ultramar, pudesse vir a causar problemas.

Socialmente vivia-se em paz a qual era perturbada, pontualmente, por agitação nas universidades e alguns atentados promovidos por células de extrema-esquerda (cujos membros sobreviventes foram quase todos condecorados, com pensões e aura de filantropos), que as forças de segurança não conseguiam evitar. Pequenos focos de contestação política existiam ainda, em meios intelectuais e artísticos e nos chamados católicos progressistas – convenientemente baptizados de “peixinhos vermelhos em pia de água benta”.

Curiosamente não havia problemas entre a classe operária.

E creio que também ninguém tem dúvidas que o Estado Português não andava às ordens de ninguém, mandava nas suas fronteiras, cobrava impostos e cunhava moeda. Ou também querem desmentir isto?

Já me esquecia, tudo se passava enquanto mantínhamos os tais 230.000 homens em pé de guerra espalhados pelo mundo, com 130.000 a combater em termos vitoriosos – na melhor campanha que efectuámos desde que o “Grande” Albuquerque implantou a presença portuguesa na Índia, em três teatros de operações separados entre si e a Metrópole (que era a base logística principal), de milhares de quilómetros e sem generais ou almirantes importados e sem alianças militares com ninguém (a não ser pontualmente e nos últimos anos de guerra, com a RAS e a Rodésia).

Acabou a guerra, vieram os tais “ideais de Abril” – todos muito alindados a cravos que por acaso florescem em Maio/Junho – veio a Liberdade (dizem), veio a Democracia (dizem),

passámos a ser amigos de todos e todos eram nossos amigos (acreditaram), desapareceram as ameaças (disseram), etc., etc., e o que se passou até hoje?

Bom, as divisas desapareceram; o escudo foi-se desvalorizando até acabar; o ouro foi sendo vendido (sem nunca se terem apresentado contas) e das 850 toneladas restam 382,3 que estão “cativas” do Banco Central europeu – senão já não restava um grama - e o país passou por três pré-bancarrotas: em 1978; em 1981 e em 2008; salvo “in extremis” por injeção de capital estrangeiro e correlativa canga!

Até tivemos uma “Troica” que se passeava no Terreiro do Paço de um modo que a Duquesa de Mântua nunca se atreveu...

Bom, mas o problema é que para além de não estarmos livres de nova bancarrota, tornámo-nos “escravos” até um horizonte que não se vislumbra, pois temos uma dívida interna e externa a perder de vista, que já ultrapassa 130% do PIB!

E passámos a ser apelidados de “lixo”.

Não há “Ronaldos” que apaguem isto!

E tudo se passou apesar de termos entrado (de cabeça) para a CEE, depois CE, agora UE, de onde vieram fundos comunitários à razão de 10 milhões de euros/dia, o que representa uma riqueza possivelmente superior às especiarias do Oriente, ao ouro e pedras do Brasil e às riquezas de África, todas juntas, sem o trabalho e custo (em perdas humanas e materiais) que as outras implicaram.

Onde estão as contas do que se fez ao dinheiro?

Para já não falar da alienação das empresas, bancos, património, terrenos, etc., que se tem feito ao desbarato e continuamente. Qualquer dia não haverá um metro quadrado de terreno em mãos portuguesas!

Só em instalações militares devolutas já lá vão umas 180...

E que dizer da soberania (aliás, tudo o que está para trás também é soberania), hoje o Estado Português, não manda em nada, não influencia nada, não quer sequer levantar tropas, abateu as fronteiras, e não cunha moeda, atributos milenares de soberania.

A única coisa que faz é cobrar impostos – que em breve sairão do país – delapidados em grande parte, em sustentar a classe política e sua parafernália de apoio, e vende e aliena todo o património incluindo a língua. A Justiça, ela própria, estará a caminho da exportação.

E não passa um santo dia – apesar da censura que continua a haver – sem que saiam esparralhadas na comunicação social, um (ou mais) escândalo de corrupção. São tantos e tão dísparos que são impossíveis de acompanhar e digerir! E são transversais a tudo e todos!

Dizem que só se sabem (mas não se corrigem) porque se vive em “Democracia”. Eu penso, porém, que foram os agentes que se servem da Democracia onde foram eleitos, que são os responsáveis por esta catástrofe social e moral!

E isto é talvez o que me faz ter mais saudades do passado que conheci: é que sem embargo dos defeitos de todos os regimes e dos erros que neles se cometem, o “Estado Novo” foi servido por gente muito mais séria, competente e Patriota, do que o actual. E isso faz toda a diferença.

Em síntese, durante estes 44 anos, quase nada do que se construiu no País foi feito com a riqueza produzida em Portugal, ou feito por este Regime, mas sim pelo desbarato da “pesada herança”; pelos empréstimos contraídos sem descanso e muito descaso; pelas dívidas acumuladas e pela alienação da soberania e do património vário que era nosso.

Ainda por quererem fazer crer que cada um é Deus de si próprio!...

E, afinal, tanto queriam acabar com a guerra (acaso foram para a tropa só para gozar a paz e a tranquilidade?), em que defendíamos o que era nosso – ouviu bem? – para nos últimos 30 anos já termos destacado para cerca de 30 países, qualquer coisa como 40.000 homens (e mulheres, quiçá, outros géneros...), em operações que a nós dizem muito pouco!

Se isto é o resultado da “Alvorada dos Cravos” e do “estado de direito democrático” que criaram, bem podem começar a limpar as mãos à parede. Vale mais tarde que nunca.

Por isso, coronel vasco lourenço enxergue-se e veja se consegue entender alguma coisa à sua volta, que já tem idade para isso. E tente perceber dentro do seu cérebro, que eu espero, tenha um diâmetro superior ao de uma ervilha, as razões porque estou saudoso.

E não devia ser esse saudosismo (que agora é História e opinião política e social) que o devia preocupar – até porque não se pode voltar atrás – mas sim o asco que tenho ao presente!

\*\*\*\*\*

#### “Traição à Pátria

Aquele que, por meio de usurpação ou abuso de funções de soberania:

- a) Tentar separar a Mãe-Pátria ou entregar a país estrangeiro ou submeter à soberania estrangeira todo o território português ou parte dele; ou
- b) Ofender ou puser em perigo a independência do País;

É punido com pena de prisão de 10 a 20 anos.”

Artigo 308 do Código Penal (convém ainda dar uma olhadela nos artigos 316, 317, 318, 320 e 321).<sup>4</sup>

Há, porém, no texto do seu associado e destacado cidadão desta República, que tanta mentira tem espalhado, uma imprecisão manifesta e eu não quero ter a deslealdade de não o alertar para ela.

É que eu nunca afirmei que ele (Alegre), não tinha cumprido os seus deveres militares em Angola (enfim, incorreu em faltas graves e por isso foi preso na altura pelas autoridades

---

<sup>4</sup> “Código Penal e legislação complementar”, 13ª edição, Quid Juris, Sociedade Editora, Lisboa, Novembro de 2005. Note-se que os códigos penais contemporâneos são em muitos aspectos, mais “duros”, do que os existentes no “tempo da outra senhora”.

militares e licenciado). E sempre soube que, tecnicamente, nunca desertou, se é que é isso que lhe estava na mente, ao escrever a nota.

Eu, todavia, quando vim para a Força Aérea foi para ir defender Angola; ele foi para Angola, estando no Exército, pelos vistos, para a entregar...

Sem embargo nunca foi nada disto que estive em causa, mas sim a sua actuação como radialista “exilado” na Argélia (entre 1964 e 1974), e foi esse o objecto do artigo que escrevi e que deu origem ao processo. E de facto, o que estive e está em causa não é o regime político (há muitos e já tivemos vários), mas sim a Pátria – que há só uma.

E não há nenhuma sentença judicial que me possa fazer mudar de opinião e de atitude.<sup>5</sup>

Não descarto, porém, que um dia destes não mudem o Código Penal, a fim de serem criados “campos de reeducação”, no fundo uma ideia sempre almejada por todo o revolucionário que se preze!

Há porém, um ponto em que estou de acordo (hélas), com o cidadão Alegre e putativo candidato ao prémio nobel da Literatura, quando diz que (à luz da jurisprudência do TEDH), “é ilícita toda a imputação de factos falsos ainda que o visado seja uma figura pública”.

Chego ao fim e verifico que, afinal, tenho de estar agradecido ao presidente da 25A, por me ter dado a oportunidade de escrever este texto.

Estou até tentado, usando da caridade cristã, a perdoar-lhe.

Não, não é preciso agradecer, tão pouco responder. Um dia destes vemo-nos por aí e depois terá então oportunidade de me replicar.

É isso, vou perdoar-lhe.

Afinal somos camaradas. Pá!

João José Brandão Ferreira

TCOR PiLAV

---

<sup>5</sup> Em anexo D junto súmula do que se passou durante o processo.

## ANEXO “A”

### MANUEL ALEGRE “COMBATENTE”, POR QUEM?

3MAI2010

Decorreu nos pretéritos dias 3 e 4 de Maio, na Gulbenkian, um colóquio sobre a envolvente externa que condicionou o eclodir das operações de guerrilha no Ultramar português e o ataque a Goa, Damão e Diu e que acompanhou o desenrolar do conflito nos anos 50, 60 e 70 do século XX.

No primeiro dia constava na lista de oradores o cidadão Manuel Alegre (MA), a que o panfleto que enunciava o programa tinha filantropicamente antecedido de um “Dr.”, título a que, em abono da verdade, o nosso poeta nunca reivindicou. A sua “oração” não tinha título, era anunciada apenas como “um depoimento”. Achei curioso e fui assistir.

O orador que acompanhava MA na erudição da sessão era o Embaixador Nunes Barata que me merece um comentário. O Sr. Embaixador juntou um conjunto de factos irrefutáveis, fez uma análise bem estruturada mas tirou, creio, um conjunto de ilações erradas. É humano olhar para factos e intenções, cruzá-los e chegar-se a conclusões diferentes. Por isso o contraditório e o estudo imparcial das questões, é tão importante. Quando a premência das decisões e a incerteza do amanhã, se abatem sobre as personalidades com as responsabilidades do momento, a análise é uma; quanto esta análise pode ser feita décadas depois, com tudo serenado e os arquivos disponíveis, a tarefa torna-se mais fácil.

Ora o que o Sr. Embaixador defendeu, parece-me, foi que a conjuntura internacional era de tal modo adversa a Portugal e os “ventos da História” tão irreversíveis que só restava ao governo português ceder, adaptar-se e ir na onda. Isto é, fazer uma política que fosse ao encontro dos interesses alheios e não dos nossos. É natural que se este sentimento prevalecer, a maioria dos diplomatas vá para o desemprego...

Mas o mais perturbador é que todo o discurso do Sr. Embaixador apontava, algo descaradamente, para a “compreensão” da acção dos nossos inimigos e “amigos”/aliados, como se eles dispusessem do monopólio da verdade e do acerto e ao governo português de então – que se limitou a defender a sua terra e as suas gentes - tenha destinado o amplexo do erro! E gostaria que o Sr. Embaixador explicasse qual foi a época da nossa História em que tivemos uma conjuntura internacional favorável e que não nos custasse um extenso lençol de trabalhos, crises e perdas. E porque apelidou a posição dos governos portugueses de então, de irrealismo e de meterem o país num beco sem saída. Creio que não será difícil ao Sr. Embaixador perceber que se nos quiséssemos sentar à mesa com Nehru ou com os dirigentes dos movimentos que nos atacavam, tendo as grandes potências por detrás, e transferíssemos calmamente a soberania para eles, isso nos evitaria, a nós, um ror de chatices e a eles o incómodo de montar operações políticas, diplomáticas e militares, sempre desagradáveis. Mas a que título e à pala de que princípios é que o faríamos? Se os seus “colegas”, que actuaram no tempo da Restauração, pensassem assim talvez não estivéssemos na Fundação do Arménio que gostou da nossa hospitalidade, mas sim no Parque do Retiro, em Madrid, a beber umas “cañas”. E fico por aqui.

Agora vamos ao grande defensor da “Ética Republicana”.

MA aproveitou a ocasião para fazer uma breve explicação/branqueamento do seu percurso como militar e defensor dos movimentos nacionalistas (ao serviço da Guerra Fria). E não se coibiu, no fim, de elogiar o comportamento das FAs portuguesas durante o conflito e afirmar que não foram batidas no terreno. Mais, que os territórios se desenvolveram apesar da guerra. Registamos a evolução, que é de monta!

Explicou que não desertou, pois foi preso pela Polícia Militar (por actividades subversivas e de conluio com o inimigo) e passado à disponibilidade, altura em que lhe foi instaurado um processo pela PIDE, ainda em Luanda. Teve oportunidade de fugir e chegar a Argel. Daí para a frente o seu percurso é conhecido.

No período de debate coloquei-lhe a seguinte questão: “como sabe as FAs têm várias forças suas a actuar em diferentes teatros de operações no estrangeiro. A última unidade a partir foi uma Companhia de Comandos, para Cabul. Vamos supor que eu, cidadão português, me metia num avião e ia para o Cairo, para Trípoli, ou Casablanca que é aqui mais perto, ou talvez Argel. Reunia-me lá com mais uns amigos que não concordassem com esta política, fundava uma rádio e passava a emitir textos de apoio aos talibãs, incitando os militares portugueses à deserção, passando informações ao inimigo, etc. A pergunta é esta: como é que o senhor reagiria a isto, o que é que me chamaria? E acrescentei (pois já adivinhava a resposta): “ e não me venha dizer que antigamente era uma ditadura e agora estamos em democracia; porque, mesmo que fosse assim, tal facto é marginal à questão”.

Calejado por uma tarimba dia léctica de muitas décadas, o vate não se perturbou e respondeu, incidindo a justificação justamente na dualidade ditadura vs. Democracia; liberdade vs. censura. Acrescentou que defendia a ida das tropas portuguesas para o Afeganistão, pois tudo fora discutido democraticamente e a pedido da NATO, de que fazíamos parte e que se teria invocado o artigo 5º (o ataque a um é um ataque a todos). E, ufano, declarou algures que se fosse hoje faria tudo na mesma. Deixando a questão da NATO e a razão do envolvimento português que está longe de ser pelas razões que invocou, e registando a coerência no erro, vamos concentrar-nos na inacreditável argumentação que só pode ter origem numa grande confusão de conceitos, e má consciência. Ou ausência dela.

Devemos ver, em primeiro lugar, que o crime de traição é considerado em relação à Pátria, não em relação a governos ou regimes. Não há traidores “democráticos” ou traidores a ditaduras, ou outra coisa qualquer. A traição é sempre relativa a uma causa, um juramento, uma crença. O cidadão MA quando foi para Argel não se limitou a combater o regime, consubstanciado nos órgãos do Estado, mas a ajudar objectivamente as forças políticas que nos emboscavam as tropas. A não ser que considerassem essas tropas como fiéis apaniguados do regime, coisa que até hoje sempre desmentiu.

Quando a Legião Portuguesa comandada pelo Marquês de Alorna (um maçónico afrancesado) foi enviada para França combater no Exército de Napoleão, nunca veio incorporada nas invasões francesas justamente para não ter de atacar o seu próprio país. Até os imperialistas napoleónicos perceberam isto!

E conhecerá MA algum governo de um país em guerra, que permita ou não se oponha a quem queira contestar a legitimidade do conflito em que estejam envolvidos – ou apoie o lado contrário? (lembra-se que na IIGM, os americanos até construíram campos de internamento para os suspeitos?).

Para encurtar razões, que legitimidade tem o senhor para invocar a democracia e a liberdade, para justificar a sua acção em Argel, quando na altura era membro do PCP – uma das mais fiéis correias de transmissão do Kremlin – e que, como se sabe, foi sempre um modelo de transparência, liberdade e democracia?

Traição não tem, assim, que ver com ataques a pessoas, instituições ou sistemas políticos, a não ser que os fins justifiquem os meios. Traição tem mais a ver com carácter, hombridade e ser-se inteiro. O “citoyen”MA continua a querer justificar os maus conceitos que lhe povoam a cabeça, deve ser por isso que adjectiva constantemente a ética de “republicana”. A ética é a ciência do Bem, vale por si só, não precisa de adjectivos. Muito menos de adjectivos políticos...

Por isso, poupe-nos e não fale mais em Pátria. A palavra soa mal na sua boca.

João José Brandão Ferreira

TCor/Pilav (Ref)

## COMUNICADO

Car@s associad@s

É com muito gosto que, a pedido do nosso sócio **Manuel Alegre**, difundimos um seu comunicado, onde dá nota da decisão do Tribunal Constitucional, que confirma o Acórdão da Relação de Lisboa, que condena um militar saudosista da ditadura fascista/colonialista, por ofensas ao próprio Manuel Alegre.

Cordiais saudações

Vasco Lourenço

### COMUNICADO

Negando o recurso interposto pelo Tenente Coronel Brandão Ferreira, o Tribunal Constitucional confirmou ontem, 12 de Abril, o Acórdão da Relação de Lisboa, que condenou aquele militar pela prática de crime de difamação e ao pagamento de indemnização a Manuel Alegre por ter imputado a este a prática de traição à Pátria.

O caso é paradigmático pois, de forma clara, fixa os limites da liberdade de expressão perante o direito à honra e ao bom nome, à luz da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, no sentido de que é ilícita toda a imputação de factos falsos ainda que o visado seja uma figura pública.

Ao contrário do que foi afirmado por este saudosista militante do regime ditatorial do Estado Novo, Manuel Alegre cumpriu as suas obrigações militares, nomeadamente em Angola, como combatente, em zona de guerra.

Utilizou-se a mentira e a difamação para prejudicar a imagem de Manuel Alegre por altura da sua candidatura à Presidência da República.

Este tipo de calúnia lembra as práticas de perseguição e assassinato do carácter utilizadas pelo regime deposto em 25 de Abril de 1974 e demonstra uma total falta de respeito pelas regras da Democracia.

13 de abril de 2018

Manuel Alegre de Melo Duarte



## Anexo “c”

**25 de Abril de 1974**

*Duzentos capitães! Não os das caravelas,  
Não os heróis das descobertas e conquistas,  
A Cruz de Cristo erguida sobre as velas  
Como um altar  
Que os nossos marinheiros levavam pelo mar  
À terra inteira!  
(Ó esfera armilar.  
Que fazes hoje tu nessa bandeira?)  
Ó marujos do sonho e da aventura,  
Ó soldados da nossa antiga glória,  
Por vós o Tejo chora,  
Por vós põe luto a nossa História!  
Duzentos capitães! Não os de outrora...  
Duzentos capitães destes de agora,  
(Pobres inconscientes)  
Levando hílares, ufanos e contentes  
A Pátria à sepultura,  
Sem sequer se mostrarem compungidos  
Como é dever dos soldados vencidos.  
Soldados que sem serem batidos  
Abandonaram terras, armas e bandeiras,  
Populações inteiras  
Pretos, brancos, mestiços  
(Milagre português da nossa raça)  
Ao extermínio feroz da populaça,  
Ó capitães traidores dum grande ideal  
Que tendo herdado um Portugal  
Longínquo e ilimitado como o mar  
Cuja bandeira, a tremular,  
Assinalava o infinito português  
Sob a imensidade do céu,  
Legais a vossos filhos um Portugal pigmeu,  
Um Portugal em miniatura,  
Um Portugal de escravos*

*Enterrado num caixão d'apodrecidos cravos!  
Ó tristes capitães ufanos da derrota,  
Ó herdeiros anões de Aljubarrota,  
Para vossa vergonha e maldição  
Vossos filhos mais tarde ocultarão  
Os vossos apelidos d'ignomínia...  
Ó bastardos duma raça de heróis,  
Para vossa punição  
Vossos filhos morrerão  
Espanhóis!*

10 de Junho de 1975

Joaquim Paço D'Arcos

## ANEXO “D”

### SÚMULA DO PROCESSO – MANUEL ALGRE VS BRANDÃO FERREIRA

24/25/4/2018

“A Justiça não é outra coisa, e em toda a parte,  
senão a conveniência do mais forte”.

Trasímaco (Calcedónia c. 459 AC – 399 AC).

A origem do processo está explicada no artigo que lhe deu origem (segue junto).

No dia 15 de Janeiro de 2014 teve início o julgamento em 1ª Instância, presidido pela Meritíssima Juiz Ana Paula Figueiredo.

No final das audiências – que estão todas gravadas – foram esgrimidos os argumentos, apresentadas as provas e ouvidas as testemunhas de ambos os lados.

Por douta sentença de 12 de Setembro de 2014, fui absolvido do crime de difamação e do pagamento de qualquer indemnização cível (por improcedente), no processo instaurado pelo queixoso, no que foi acompanhado pelo Ministério Público (MP).

Não conformado com tal decisão o queixoso recorreu.

O processo subiu ao Tribunal da Relação de Lisboa (TRL), em 15/12/2014, tendo calhado por sorteio, aos Juizes Desembargadores Carlos Benido (relator) e Francisco Caramelo (adjunto), da 9ª secção, cujo Presidente era o Venerando Juiz Trigo Mesquita.

O processo seguiu os seus trâmites e, em pouco tempo, conheceu decisão. Deste modo a 26/02/2015, os venerandos acima referidos, confirmavam o acerto da sentença da 1ª Instância e negaram o provimento dos recursos interpostos pelo Assistente e Ministério Público.

Desta decisão foi dado conhecimento ao arguido.

A questão estaria definitivamente encerrada, dado a moldura penal do eventual crime em questão não permitir recurso para instância superior, restando apenas levar o caso, eventualmente, ao Tribunal dos Direitos do Homem, em Bruxelas.

Passados cerca de 14 meses, o meu advogado Dr. Alexandre Lafayette, foi surpreendido por uma nova sentença do (TRL), datada de 12 de Maio de 2016, que me condenou numa pena de multa e numa pena cível de 25.000 euros.

Do que se passou entretanto, de nada fui notificado.

E o que é que se passou?

Após o primeiro acórdão do TRL ter sido comunicado ao queixoso este reclamou da nulidade do acórdão, por não ter sido notificado do parecer da Procuradora do MP, junto ao TRL – em que se limitava a sufragar o entendimento do seu colega da 1ª Instância.

Este parecer foi enviado (por engano) para o Dr. Godinho de Matos, advogado de Manuel Alegre, que fez o julgamento da 1ª Instância e que, entretanto, subestabeleceu num seu colega Dr. Afonso Duarte (filho do queixoso), aparentemente por falha administrativa (da qual,

juro, sou alheio...).

Ou seja o queixoso mudou de advogado a meio do jogo, o que é legítimo.

Aquele insurgiu-se por não ter sido notificado pelo TRL de tal parecer, quando afinal o seu colega Nuno de Matos lho podia ter enviado.

O certo porém, é que tal “irregularidade” foi considerada suficiente para anular o acórdão, o que ocorreu a 18 de Junho de 2015 embora, até hoje – ao que se tem conhecimento – o tal parecer nunca lhe tenha sido feita (o que deveria, parece, pela mesma razão tornar nulo o acórdão seguinte...).

Havendo esta “irregularidade” (que não nulidade), o processo não transitou em julgado tendo voltado às mãos do Desembargador Benido, que ficou naturalmente à espera que a tal notificação fosse feita ao nível advogado do queixoso; sendo que o normal nestas circunstâncias é corrigir-se a irregularidade e prosseguir-se com as formalidades.

Acontece que, entretanto, o Juiz C. Benido entrou de férias e quando regressou, em Setembro, jubilou-se.

Na sequência, o Desembargador Francisco Caramelo decidiu submeter os autos a nova distribuição, e por despacho de 21/09/15, o processo foi redistribuído (não se sabe por que meio) a dois novos Desembargadores, os venerandos Antero Luís e João Abrunhosa de Carvalho, tendo sido afastado do processo o Desembargador Francisco Caramelo, que era o juiz natural do processo e mais antigo do que os escolhidos!

Destas substituições não foi o arguido (eu), e o seu advogado, informados.

Mesmo assim – dizem-me profissionais do mesmo ofício – o habitual é a nova equipa confirmar tudo o que vem do anterior, não só por razões do foro deontológico, mas sobretudo por se tratar de juízes da mesma secção e não ter havido nada que pudesse ter carreado algo de novo para o processo, além do que já foi apontado atrás.

Ora não foi nada disto o que o novel Desembargador Dr. Antero Luís fez. O que fez foi, numa espécie de passe de mágica virar, 16 meses depois, o primitivo acórdão do avesso; (todavia, quando se lê o seu “curriculum vitae”, logo se percebe porquê).

Com a curiosidade acrescida do advogado do assistente Manuel Alegre continuar a não ter sido informado do tal parecer do Procurador, que deu origem a esta “trapalhada” toda...

Após a notificação do 2º acórdão, havia apenas três dias úteis para se fazer “algo”.

Deste modo foi interposto um “requerimento de nulidade” para o TRL, tendo tal requerimento, como parece ser de norma, ter ido parar às mãos do mesmo juiz Antero que o indeferiu, a 7/7/2016.

Um pedido de “Aclaração” foi submetido, em seguida e teve o mesmo destino, apesar de tudo estar devidamente fundamentado.

Tendo sido alegadas inconstitucionalidades cometidas pelo TRL – sendo a mais flagrante a questão do “juiz natural” – que não foram reconhecidas, tão pouco emendadas por este, foi apresentado recurso para o Tribunal Constitucional, o que foi aceite (e muito poucos são

aceites).

Por despacho de 18 de Janeiro de 2018 fui notificado, pela Veneranda Juiz Conselheira Maria Clara Sottomayor (a quem o processo foi distribuído) para apresentar as alegações. O que foi feito exaustivamente e com acerto.

Porém, o recurso de inconstitucionalidade não foi admitido, pelo que o TC decidiu “não conhecer do objecto do recurso”.

Deste modo a segunda sentença do TRL, que me condena, fica apta a transitar em julgado, por não haver mais recursos possíveis.

Um último recurso para o colectivo de juízes do TC seria possível, caso o acórdão fosse apenas assinada por dois ou três Juízes, mas como veio assinado por cinco (que é maioria dos nove juízes existentes), tal hipótese ficou liquidada à nascença.

E “assy estamos”, como diriam “nuestros hermanos”.

Em simultâneo interpôs recurso para o TEDH, em Estrasburgo.

Aceitaram o processo (e não são obrigados a aceitar todos) mas, passados meses, vieram dizer que, afinal, não o analisavam por ter entrado fora de prazo. Mas nem sequer fundamentaram a decisão por não referirem quaisquer prazos...

Ora o que diz a lei é que o cidadão tem seis meses para recorrer após a sentença condenatória (o TC não entra nestas contas). Ora a sentença condenatória do TRL só deveria contar quando esgotados os recursos, dado que a sentença até essa data não transita em julgado. Mas não se sabe sequer o que o TEDH pensa sobre tal...

Que se há-de fazer?!

\*\*\*\*\*

Deste modo acabei condenado, mas não conformado. E vou ter que pagar 25.000 euros mais juros e custas, o que trocava de bom grado, por razões várias, por pena de prisão efectiva ou trabalho para a comunidade.

Não vou ficar, porém, a chorar sobre o leite derramado. Não vale a pena e ainda corria o risco de dizerem que eu tenho mau perder. Não me tira o sono.

E este texto não tem a finalidade de me vitimizar ou dar explicações (afinal quem perde é que explica e a minha consciência está tranquila...), tão só prestar alguns esclarecimentos a quem estiver interessado em saber o que se passou.

E enquanto a contenda foi jogada com armas idênticas, eu saí naturalmente vencedor da mesma.

Mas o facto de eu não ser condenado ia, “Ipsa facto”, condenar o queixoso. E, neste caso, o problema não era apenas o queixoso (que para o caso se tornava secundário), mas sim porque tal “condenação” podia pôr em causa os próprios fundamentos e “verdades” dos fundadores do actual regime, e que se mantêm.

E não estou com isto a querer atribuir-me importância que não tenho, nem nunca terei.

Ora tal não era admissível, pelo que se teve que deitar mão de outras “armas, táticas e estratégias”.

Daí ser entendível que o TC, que é um tribunal político – mas onde a Justiça se deve sobrepôr à luta política – sem razão de existir (já agora), tenha actuado da maneira como o fez – além do que, de outro modo, ia “encavalitar” o TRL que não saía nada bem de todo o procedimento havido...

A Conselheira Relatora, por exemplo é, aparentemente próxima do BE e dois dos subscritores foram deputados do PS; os restantes ainda não identifiquei.

São todos irresponsáveis, inamovíveis e inimputáveis e parece que tem que ser assim para a coisa funcionar menos mal.

As acções ficam, porém, com quem as pratica.

Só espero – e espero pouco – que o cerca de um milhão de homens que foi mobilizado e se bateu nas últimas campanhas ultramarinas levadas a cabo pela Nação dos Portugueses, não venham a ser considerados como perigosos fascistas, colonialistas e saudosistas do anterior regime, e morram assim nas prateleiras da História mal arrumada, e das sentenças dos tribunais dadas à maneira de como Trasímaco as definiu.

Sem embargo, Já espero tudo.

João José Brandão Ferreira

TCORPILAV

(Das mui antigas, nobres, por vezes gloriosas, mas quase extintas, Forças Armadas Portuguesas).



